

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS	2	AUTORIZAÇÃO Nº 010/2025	3	DATA 24 de julho de 2025
4	NOME DO REQUERENTE (OU RAZÃO SOCIAL) Prefeitura Municipal de Colinas através da Secretaria Municipal de Obras e Viação CNPJ: 94.706.140/0001-23				
5	ENDEREÇO DA OBRA: Rua Parobé – Colinas/RS Rua General Osório – Colinas/RS				
<div>AUTORIZAÇÃO<p>Em análise ao processo de licenciamento ambiental sob protocolo nº 1252/2025 de 21 de julho de 2025, a Secretaria Municipal de Obras e Viação, requer AUTORIZAÇÃO, para a atividade de Pavimentação Asfáltica OBRA DE UTILIDADE PÚBLICA de uma área com extensão aproximada de 2.766,99m², localizado na Rua Parobé e Rua General Osório, município de Colinas-RS, enquadrada como impacto local de acordo com as resoluções do CONSEMA nº 05/98; 004/00; Lei Municipal 323-02/98 e Resolução 372/2018, as informações apresentadas bem como as características da propriedade e do empreendimento observadas durante a vistoria estão em conformidade com as legislações vigentes, estando apto a emissão da AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, desde que o empreendedor observe e cumpra as condicionantes referentes as condições e restrições e prazos constante abaixo.</p><p><u>I. Condições e restrições:</u></p><p>1. Quanto ao empreendimento:</p><p>1.1. Autorizando a desenvolver a atividade de OBRA DE UTILIDADE PÚBLICA Pavimentação Asfáltica, localizada na Linha Parobé e General Osório, município de Colinas, em uma extensão de aproximadamente de 2.766,99m², conforme projeto técnico de execução emitido pelo Engenheiro Civil o Sr. Henrique Mezzomo CREA nº238843 e ART nº 13853663.</p><p>1.2. Este documento autoriza a implantação de infraestrutura de pavimentação asfáltica;</p></div>					

- 1.3. As obras propostas de implantação de infraestrutura deverão obedecer às especificações, memorial descritivo, e planta apresentadas nos autos do respectivo processo;
- 1.4. O material mineral utilizado na obra deve ser proveniente de locais devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente;
- 1.5. As jazidas, pedreiras e área de britagem caso utilizadas no empreendimento deverão possuir licença ambiental de operação em vigência;
- 1.6. O material excedente (bota-fora) deverá ser disposto em local adequado, de acordo com as normas ambientais vigentes;
- 1.7. O local do empreendimento deverá receber sinalização de segurança e ambiental, na fase de obras;
- 1.8. As obras deverão receber efetivo acompanhamento de Supervisão Ambiental do responsável técnico pela execução.

2. Quanto aos resíduos sólidos:

- 2.1. Não poderão ser utilizados locais próximos aos recursos hídricos, considerando o seu leito maior sazonal, para descarte de bota-fora;
- 2.2. Deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados os resíduos sólidos gerados para a armazenagem provisória na área do empreendimento, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;
- 2.3. Deverá ser verificado o licenciamento ambiental das empresas ou centrais para as quais seus resíduos estão sendo encaminhados, e atentado para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º 38.356 de 01 de abril de 1998, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;
- 2.4. Fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pela FEPAM;
- 2.5. Deverá ser observado o cumprimento da Portaria FEPAM Nº 08/2018, publicada no DOE - RS em 31 janeiro de 2018, referente ao Manifesto de Transportes de Resíduos - MTR;
- 2.6. O transporte dos resíduos perigosos (Classe I, de acordo com a NBR 10.004 da ABNT) gerados no empreendimento somente poderá ser realizado por veículos licenciados pela FEPAM para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental, devendo ser acompanhado do respectivo "Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR", conforme Portaria FEPAM Portaria FEPAM Nº 08/2018, publicado no DOE - RS em 31 janeiro de 2018;

2.7. No caso de envio de resíduos industriais para disposição ou tratamento em outros estados, deverá ser solicitada AUTORIZAÇÃO para remessa de resíduos junto à FEPAM, através de processo administrativo específico, sendo que a documentação necessária a ser apresentada encontra-se listada na página da FEPAM na internet (www.fepam.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental/ Formulários/ Autorizações/ Encaminhamento de Resíduos Sólidos);

2.8. Todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme determina a Resolução CONAMA n.º 362, de 23 de junho de 2005, Arts. 1º, 3º e 12;

2.9. Fica proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as mesmas serem destinadas à reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas), conforme a Portaria SEMA/FEPAM n° 001/2003, publicada no DOE de 13 de maio de 2003;

2.10. Caso seja adquirido óleo lubrificante em embalagens plásticas apenas no comércio varejista, deverá ser feita a devolução voluntária no ponto de compra. O comércio varejista de óleos lubrificantes (lojas, supermercados. etc.) não realiza a coleta das embalagens, mas é ponto de coleta dos seus fornecedores imediatos.

3. Quanto à intervenção em vegetação nativa:

3.1. Não está licenciada a intervenção, supressão de vegetação ou corte de exemplares nativos em área de preservação permanente (APP);

3.2. Não está licenciada a intervenção de supressão de vegetação nativa em nenhum porte;

3.3. Não está licenciado o corte ou supressão de exemplares protegidos por Lei, constante nas Listas Oficiais da flora protegida;

3.4. Este empreendimento deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecido na Lei Federal N.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006, bem como no Decreto Federal N.º 6.660, de 21 de novembro de 2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

4. Quanto a preservação e conservação ambiental:

4.1. Está proibida a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase de implantação do empreendimento, em conformidade com a Lei Estadual n° 9.519/1992 e Lei Estadual n° 11.520/2000;

4.2. Deverão ser preservados os exemplares nativos imunes ao corte ou ameaçados de extinção, conforme Lei Estadual N° 9.519 de 06/07/92 (Código Florestal Estadual) e Decreto Estadual N° 52.109/2002 (Lista da Flora Nativa ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul).

5. Quanto a supervisão ambiental:

5.1. As obras de implantação do empreendimento deverão ter supervisão ambiental a ser efetuada por técnicos devidamente habilitados.

Adverte-se que esta AUTORIZAÇÃO não isenta a necessidade de licenciamento ambiental no âmbito estadual e/ou federal, quando necessários, nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal. Este documento é válido até que permaneça comprovada a inalteração do empreendimento/atividade.

Colinas, 24 de julho de 2025.

Alessandro Manica

Secretário Mun. da Agricultura e Meio Ambiente

Marcelo Schröer

Prefeito Municipal